



Prefeitura do Município de Londrina

Estado do Paraná

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE LONDRINA REALIZADA EM 02/03/2026.

Aos dois dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, com início às dezenove horas, em segunda convocação, realizou-se na sede da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), Auditório Vilanova Artigas, reunião ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural, biênio dois mil e vinte e quatro a dois mil e vinte e seis, cujos membros foram nomeados através do Decreto nº 1112, de 28 de agosto de 2024, publicado no Jornal Oficial do Município nº 5288, de 02 de setembro de 2024; Decreto nº 310, de 10 de março de 2025, publicado no Jornal Oficial do Município nº 5446, de 26 de março de 2025; Decreto nº 451, de 14 de abril de 2025, publicado no Jornal Oficial do Município nº 5469, de 16 de abril de 2025, do Decreto nº 690, de 11 de junho de 2025, publicado no Jornal Oficial do Município nº 5515, de 23 de junho de 2025, e do Decreto nº 952, de 05 de agosto de 2025, publicado no Jornal Oficial do Município nº 5555, de 11 de agosto de 2025. A reunião foi convocada pela presidente com a seguinte pauta: **1)** Aprovação das atas de 02 e 09/02/2026; **2)** Planejamento Promic 2026 (a pedido da SMC); **3)** Informações para elaboração do Relatório de Controle Interno - Prestação de Contas Anual - PCA de 2025 (anexo Demanda, Relatório e sugestão de minuta de Parecer a ser encaminhado pelo Conselho) - (a pedido da SMC) ; **4)** Esclarecimentos sobre o Carnaval realizado em Londrina pela Associação dos Profissionais de Dança de Londrina e Região Norte do Paraná, no período de 2013 a 2020 (a pedido da setorial de Dança); **5)** Compartilhamento de informações acerca da situação atual do Cine Teatro Universitário Ouro Verde (a pedido da setorial de Dança e setorial de Vilas Culturais); **6)** Informes. A reunião tem início com a conselheira Solange Batigliana solicitando inversão de pauta, devido à presença do Vice-reitor da UEL, Sr. Airton José Petris e da Diretora da Casa de Cultura da UEL, Sra. Marta Dantas na reunião, trazidos para tratar da questão do Cine Teatro Universitário Ouro Verde. A inversão de pauta é colocada em votação e é aprovada por unanimidade. A seguir, a presidente Nuria passa para a aprovação das atas de 02 e 09 de fevereiro, que são aprovadas com 04 abstenções. Devido à inversão de pauta, passam a discutir a situação atual do Cine Teatro Universitário Ouro Verde. A conselheira Danieli Pereira, falando em nome do Festival de Dança de Londrina e o conselheiro Reinaldo Zanardi, em nome do FILO, expõem que os grandes Festivais da cidade vêm sofrendo com a dificuldade de utilização do Cine Teatro Ouro Verde, devido à falta de servidores, razão pela qual o vice-reitor da UEL e a Diretora da Casa de Cultura da UEL estão presentes na reunião do Conselho. Reinaldo explica que houve uma reunião entre os representantes de grandes Festivais e a Casa de Cultura da UEL para tratar da situação do Cine Teatro Ouro Verde e sua dificuldade em receber tais eventos. A conselheira Danieli destaca que, embora o Teatro pertença à UEL, a produção cultural e a economia da cidade sofrem com a redução da capacidade de uso do Ouro Verde, que é a maior estrutura pública hoje disponível em Londrina.

Com a palavra, o Excelentíssimo vice-reitor da UEL, Sr. Airton Petris fala da reunião com os representantes dos grandes Festivais, na qual foi discutido o déficit de pessoal da UEL e a dificuldade de novas contratações, levando à necessidade de reorganizar o cronograma dos Festivais, a fim de manter o funcionamento do Ouro Verde, que conta com apenas um servidor técnico, dificultando assim o suporte para realização de grandes eventos ali. Nesse sentido, o Vice-reitor pontua que seria importante a Secretaria Municipal de Cultura se tornar auxiliar na solução da questão, uma vez que os projetos do Promic fazem uso do Teatro. Sugere que cada projeto que for utilizar o Ouro Verde disponha de profissional que realize trabalhos técnicos. Com a palavra, a Diretora da Casa de Cultura da UEL, Sra. Marta Dantas destaca que é preciso pensar em respiros na agenda dos grandes Festivais, sugerindo usarem o Teatro em dias alternados ou em menos dias, diante da falta de pessoal do Ouro Verde. Explica que com a Lei Geral das Universidades, de 2021, os órgãos suplementares não fazem mais parte do orçamento do Estado, com isso a Casa de Cultura recebe recursos apenas da UEL, o que implica na dificuldade de contratação de pessoal, somado ao fato de que o percentual de gastos com pessoal já está próximo do limite legal. Deste modo, a UEL deixou de ser patrocinadora dos grandes Festivais da cidade, figurando apenas como apoiadora; a falta de recursos humanos implica até na mudança de regimento da Casa de Cultura. Com isso, a Diretora destaca a necessidade de ajuda mútua entre o Cine Teatro Ouro Verde e a Secretaria Municipal de Cultura, visto que diversos projetos culturais do Promic usam os equipamentos da UEL, como Ouro Verde e DAC. Fala que já houve tentativa de diálogo com os dois últimos Secretários Municipais de Cultura, mas não teve retorno. Propõe que em vez da construção de um teatro municipal, haja união de forças e investimento na estrutura já oferecida pelo Ouro Verde. A conselheira Danieli Pereira pontua que a diminuição de dias de uso do Ouro Verde compromete diretamente o pleno desenvolvimento dos Festivais e, com isso, a cultura londrinense estaria pagando uma conta que é do Estado; que a ausência de investimento atinge a todos os artistas de Londrina e é urgente que se envolvam na busca de soluções. Com a palavra, a conselheira Solange diz que o Secretário Marcos Castri se reuniu com a Reitora da UEL e que a SMC também enfrenta o problema da falta de servidores e que há foi pedida a contratação de novos servidores. Quanto à questão do Ouro Verde, Solange sugere a atuação em diversas frentes, buscando conhecer como os grandes teatros de São Paulo e o Teatro Guaíra funcionam e também buscar apoio junto aos deputados, pois a cultura tem um papel importante na economia. Como encaminhamento, a conselheira sugere criar uma comissão composta por membros da Casa de Cultura, CMPC e representantes de grandes Festivais. O conselheiro Reinaldo, por sua vez, pontua que qualquer encaminhamento agora terá efeito a médio e longo prazo, sugerindo o envio de manifesto para o governo do Estado/Secretaria Estadual de Cultura e para o Prefeito, destacando a diferença de tratamento dado pelo governo a Londrina e Curitiba; sugere a redação dessas duas cartas em vez da comissão. Já a conselheira Teba destaca que a população em geral precisa ter a percepção da importância dos órgãos suplementares e da própria Universidade para o município e do papel que representam para a comunidade. A conselheira Teresa pergunta se não é possível o remanejamento de pessoal e diz que é preciso pressão popular para mobilizar quanto ao orçamento do Estado, usando as mídias para trazer ao conhecimento da população que o governo estadual não repassa recursos aos órgãos suplementares da UEL, colocando em risco os serviços ali prestados. A conselheira Lucinea tem a palavra e entende que a Secretaria Municipal de Cultura socorrer o Teatro Ouro Verde e não investir no Teatro Municipal seria sucumbir, uma vez que os teatros hoje existentes já não são suficientes. O representante da região Sul, conselheiro Aurélio, coloca que as próprias universidades não tem visão de que são um corpo; que o desmonte das universidades públicas já vem de anos, culminando com a Lei

das Universidades. Cita o caso do Hospital Universitário, órgão suplementar da UEL que, apesar de manter sua função acadêmica vai passar a ser coordenado pela Secretaria de Estado da Saúde, assim como outros hospitais universitários do Paraná. Fala ainda da orquestra sinfônica da UEL, que também corre risco de suspender suas atividades diante da aposentadoria de músicos, sem a consequente reposição dos quadros. O conselheiro Marcelo fala que é preciso abordar também a importância da educação pública de qualidade, e Solange pontua que seria mais efetivo limitar as manifestações à cultura, uma vez que abordar educação e órgãos suplementares dá margem a fugirem do assunto principal que o Conselho deve tratar. Diante dos apontamentos, a presidente Nuria observa que os encaminhamentos se complementam, pedindo que procedam à votação. Em regime de votação, a proposta de carta manifesto para o Estado e Prefeito fica aprovada por unanimidade; a criação de Comissão fica aprovada por unanimidade; as propostas de mobilização e ampla divulgação das cartas manifesto também são aprovadas por unanimidade; a inclusão da defesa da universidade pública gratuita é aprovada com 8 votos a favor, 6 contrários e 2 abstenções. Solange sugere que a comissão seja composta por dois membros da UEL, dois da SMC e dois do Conselho, num total de 06 pessoas. Os presentes aceitam e do Conselho são indicados Teba e Aurélio; a SMC indicará oportunamente e quanto à UEL, Marta Dantas diz que em virtude da proximidade da eleição do reitor, indicará alguma pessoa fixa da Casa de Cultura. Neste momento, encerram sua participação da reunião os senhores Marta Dantas e Airtton Petris. Passam para o segundo item da pauta, que é o Planejamento do Promic 2026, mas devido ao avanço da hora e o tema exigir amplo debate, decidem que o assunto será pauta de reunião extraordinária, a ser agendada oportunamente. Passam ao terceiro ponto de pauta, qual seja, informação para elaboração do Relatório de Controle Interno - Prestação de Contas Anual 2025 ao TCE. A presidente Nuria apresenta sucintamente aos presentes os documentos já enviados por e-mail para análise dos conselheiros, juntamente com a convocação. A conselheira Lucinea observa que é importante avaliar o uso dos termos "eficácia e efetividade", pois o Conselho sempre discute que há ainda tanto a ser feito, sugerindo a troca desses termos no Relatório. Marcelo pontua que eficácia é um princípio da administração pública e compreende a realização do serviço público. Com a palavra, o conselheiro José Paulo Brisolla observa que o documento fala da falta de funcionários e que mesmo assim houve eficácia na prestação dos serviços; que entende ser importante destacar isso também na manifestação do Conselho, pontuando que a prestação dos serviços foi eficaz, contudo há falta de servidores e de recursos orçamentários. A presidente Nuria coloca em votação a inclusão no documentos dos seguintes tópicos: que o Conselho é favorável ao Parecer; discorrer sobre a falta de funcionários e recursos, bem como o orçamento reduzido da SMC. As inclusões são aprovadas por unanimidade. Na oportunidade, o conselheiro Reinaldo propõe a criação de comissões permanentes, sendo uma comissão financeira e outra comissão de prestação de contas, pedindo que o assunto seja pautado na próxima reunião ordinária. A reunião prossegue tratando do quarto item da pauta, esclarecimentos sobre o Carnaval realizado em Londrina pela Associação dos Profissionais de Dança de Londrina e Região Norte do Paraná, no período de 2013 a 2020 (a pedido da setorial de Dança). Danieli Pereira e Renato Forin Junior tem a palavra e falam enquanto representantes da Associação dos Profissionais de Dança acerca da fala do Secretário de Cultura nas redes sociais, dando conta de que fazia vinte anos que Londrina não tinha Carnaval. Entendem que esse argumento enfraquece o movimento e chega a ser desrespeitoso com os profissionais que fizeram o Carnaval acontecer na cidade todos esses anos. Renato Forin Junior fala que a Associação dos Profissionais de Dança faz parte do Carnaval londrinense, inclusive com a participação do Bloco Bafo Quente em cortejo no aterro com a participação de cerca de cinquenta mil pessoas. Relembrem que Londrina sempre

teve atividades no Carnaval, seja em praças, cortejos públicos e até mesmo no Zé. Danieli diz que nas gestões anteriores da SMC houve a tentativa de articulação entre os órgãos públicos para realizar o Carnaval; que entende que Londrina tem relevância no setor cultural devido à participação da política pública de cultura e que a fala do Secretário, além de ter sido nas redes sociais, foi repetida por outras pessoas, causando desconforto àqueles que trabalham com isso. Renato pontua que é preciso ter responsabilidade nas falas. Com a palavra, a conselheira Solange informa que até 2008 o Carnaval era feito pelo Município, desde então o Município não realizava um Carnaval nos moldes do que foi feito em 2026. Pontua que, ainda que sempre tenha tido atividades culturais no Carnaval, desde 2008 não era feito um Carnaval público. Em relação à fala do Secretário, se ela trouxe desconforto, não sendo eventualmente eficaz para transmitir esse contexto, qual seria a reivindicação dos representantes da APD. Danieli, então, diz que o Carnaval da forma como foi feita deixa de ser parte da política pública de cultura e passa a ser de uma gestão, de um gestor; se houve toda essa mobilização entre os órgãos públicos para fazer a festa acontecer, porque não há a mesma mobilização quando o Carnaval é realizado por agentes culturais. Renato coloca como proposta a correção da fala do Secretário ou complementação para esclarecer os fatos e não causar o apagamento dos carnavais anteriormente realizados. Com a palavra, o conselheiro Reinaldo destaca que a elaboração do Carnaval esse ano não passou pela deliberação do Conselho, ao que a conselheira Sonia Dias informa que não teve nenhum projeto de carnaval aprovado e a SMC entendeu ser possível abrir uma nova forma de realização do carnaval, com a Lei de dezembro/2025, chancelando a possibilidade do patrocínio, que pode inclusive ser uma nova ferramenta para coexistir com o carnavais do Promic. V, aoltando à colocação trazida no início do tópico de pauta, a conselheira Teresa sugere divulgarem os últimos carnavais e uma manifestação de repúdio à fala do Secretário. Já o conselheiro Marcelo sugere dar ao Secretário o direito de se expressar junto ao CMPC antes de formalizarem a nota de repúdio. Reinaldo Zanardi, por sua vez, sugere um voto de advertência e fala de elucidação para o Conselho. No ensejo, a conselheira Solange pontua que Danieli e Renato podem solicitar esclarecimentos à Secretaria e que o Secretário sempre se colocou à disposição para conversar e, quanto ao Conselho, se manifeste com o Secretário. O conselheiro Marcelo, então, sugere pedido de esclarecimento ao Secretário para o Conselho. A presidente Nuria, então, dá o seguinte encaminhamento de abrir o debate e fazer pedido de informações sobre o Carnaval para a SMC. Em regime de votação, é aprovado com 11 votos favoráveis e 2 abstenções. Não foram apresentados informes. Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião às 21h27min, secretariada por mim, Daniela Dias Augusto, cuja ata lavrei e datei e será submetida à aprovação do Conselho Municipal de Política Cultural na próxima reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Regina A Dias Branco**, **Diretor(a) Conselho Municipal de Política Cultural**, em 09/04/2026, às 18:47, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



Documento assinado eletronicamente por **Nuria Akemi Valentim Hocama**, **Usuário Externo**, em 09/04/2026, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **17836471** e o código CRC **5A742BEE**.

